DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”)

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

Relatório da Administração

Comentário às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31.12.2021 - DFL Indústria e Comércio S.A. (“Companhia” ou “DFL”): Prezados Acionistas: A administração da DFL Indústria e Comércio S.A. (“DFL” ou “Companhia”) apresenta aos senhores(as) o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras Individuais da Companhia, acompanhada de parecer dos auditores independentes, para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme definidas pela IASB. As informações operacionais e financeiras de 2021 e 2020 abaixo, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em milhares de reais (R$), com base nos valores apurados em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. **Perfil da Companhia -** A DFL foi fundada no ano de 1939 e em poucos anos se consolidou no mercado como a maior importadora e representante de produtos odontológicos no Brasil. Desde então são oito décadas de uma brilhante atuação, focados no desenvolvimento e produção de seus produtos e construção de sólida reputação de sua marca junto a consumidores, distribuidores, fornecedores e comunidade científica. O reconhecimento da qualidade e excelência da DFL desencadeou uma série de importantes marcos, que passaram pela construção de sua sede no pólo farmacêutico de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, início da produção de anestésicos injetáveis, ampliação de suas instalações com inauguração de modernos laboratórios de P&D e automação do parque industrial. Em 2021 a DFL completou 83 anos de fundação como uma empresa global. Com a colaboração de cerca de 350 profissionais e produtos comercializados em mais de 60 países, goza de reputação privilegiada por prover profissionais de saúde bucal com soluções odontológicas de excelência comprovada. **Mensagem da Administração -** O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a DFL se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com seu papel social junto a seus colaboradores, acionistas e ao mercado em geral. Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da DFL, reconhecida desde sua fundação. Em 2021 isso não foi diferente, apesar da escalada de pressões externas como a crise energética, gargalos nas cadeias de suprimentos, e transformações no mercado de trabalho, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital, incentivo à inovação, e controles de custos. Mesmo em um ambiente tão desafiador, mantivemos a fé em nosso negócio e seguimos confiantes no cumprimento de nosso plano de negócios. Por fim, a Administração da DFL gostaria de destacar e agradecer o desempenho e comprometimento de todos seus colaboradores, que por mais um ano permaneceu unido e focado diante de todos os desafios trazidos pelo ano de 2021. **Cenário Setorial -** O ano de 2021 continuou sendo marcado pelos efeitos da crise relacionada à pandemia do Covid-19. As medidas de distanciamento social adotadas em 2020 e grande parte de 2021 geraram forte impacto no consumo de bens e serviços, com desempenho negativo sobre a atividade econômica e consequente queda no PIB, cuja estimativa de recuperação para 2021 é de cerca de 4,6%. O segmento de Odontologia é um dos que mais se destaca em seu setor de atuação, tendo alcançado crescimentos anuais médios de 7,5% nos últimos anos , e projeções de crescimento médio de 7,4% ao ano no período 2021-2025. O setor de cuidados de saúde bucal tem perspectivas de ser o que apresentará nos próximos anos o maior crescimento entre as divisões de cuidados com saúde, muito impulsionado por investimentos públicos e a constante penetração do segmento dental nas coberturas de planos de seguro saúde. Muito do desempenho esperado no setor de atuação da DFL se deve a três principais fatores: fatores demográficos, sendo o Brasil o quinto pais mais populoso do mundo com aumento constante da população idosa – maiores consumidores de cuidados de saúde; fatores de mercados, tendo o Brasil a maior média anual de gastos com saúde bucal na América Latina; e fatores domésticos, tendo o Brasil ampla base industrial local e polos de pesquisa que abastecem os consumidores locais com dependência externa reduzida. **Demonstração de Resultados: Receita Operacional -** Em 2021 a Receita líquida de venda de produtos avançou 15,7% em relação a 2020, totalizando R$124,6 mil e confirmando a expectativa de recuperação da trajetória de crescimento percebida em exercícios anteriores, reflexo das medidas de contenção da pandemia global e aumento do percentual de vacinação da população em geral. Desses totais, as vendas para o mercado externo totalizaram R$22,0 mil. **Custo e Margem Operacional -** Os custos de mercadoria vendida totalizaram R$71,6 mil em 2021, resultando numa margem operacional consolidada de 42% (35% em 2020). A margens operacionais de 2021 confirmaram a expectativa da Administração de retorno aos níveis anteriores à pandemia, e manter foco constante no controle de custos. **Despesas Gerais e Administrativas -** O ano de 2021 apresentou 1,4% de crescimento a.a. em Despesas gerais e administrativas, que somaram R$35,7 mil em 2021 (R$35,2 mil em 2020). Essas refletem o esforço aplicado pela Empresa em conter gastos ao longo de 2021 visando ao retorno da normalidade de suas operações. **Endividamento -** Em 31 de dezembro de 2021 o endividamento bancário bruto da DFL fechou em R$ 120,4 mil, sendo seu saldo líquido em torno de R$97,8 mil. O custo consolidado nesta data foi de 12,5% a.a., com aproximadamente R$25,4 mil em exposição em dólares. **EBITDA -** O EBITDA da DFL alcançou R$23,4 mil em 2021 (R$6,2 mil em 2020), já confirmando a trajetória de recuperação dos impactos da pandemia percebidos em 2020. **Patrimônio Líquido e Dividendos -** O patrimônio líquido da DFL fechou 2021 em R$60,1 mil (R$60,1 mil em 2020). Houve distribuição de R$2,7 mil em dividendos. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em Milhares de Reais - R$)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.582	34.238
Contas a receber de clientes líquidas	6	21.999	23.354
Estoques	7	20.125	14.401
Impostos a recuperar	8	22.273	16.506
Adiantamentos concedidos a fornecedores e outros	9.1	2.222	2.136
Despesas pagas antecipadamente	9.2	3.929	1.538
Total do Ativo Circulante		**93.130**	**92.173**
Ativo Não Circulante			
Créditos de impostos de IRPJ e de CSLL	10	35.514	36.862
Créditos com partes relacionadas	9.3	3.480	2.163
Imobilizado	11	57.883	59.559
Intangível	12	21.581	14.052
Total do Ativo Não Circulante		**118.458**	**112.636**
Total do Ativo		**211.588**	**204.809**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos	13	70.128	55.910
Fornecedores	14	13.264	12.960
Salários e obrigações sociais	15	8.578	3.878
Obrigações fiscais	16	3.027	3.132
Outras contas a pagar	17	2.382	3.199
Total do Passivo Circulante		**97.379**	**79.079**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos	13	50.238	59.566
Débitos com partes relacionadas	9.3	1.116	1.039
Obrigações fiscais parceladas	16	2.080	4.151
Provisão para contingências	18	635	834
Total do Passivo Não Circulante		**54.069**	**65.590**
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		**151.448**	**144.669**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	19	66.444	66.444
Reserva de Lucros-Reserva Legal		434	434
Prejuízos acumulados		(6.738)	(6.738)
Total do Patrimônio Líquido		**60.140**	**60.140**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**211.588**	**204.809**

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultados
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R$, Exceto o Resultado por Ação)

	Notas	Exercícios Findos em 31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	20	124.620	107.721
Custo dos Produtos Vendidos:	21		
. Das atividades produtivas normais		(69.470)	(57.861)
. Despesas de paralisação fabril anormal		(2.136)	(5.603)
. Despesas de impairment com testes para Covid e material de embalagem		-	(6.813)
Total dos Custo dos Produtos Vendidos		**(71.606)**	**(70.277)**
Lucro Bruto		**53.014**	**37.444**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Receitas (Despesas) administrativas e gerais, líquidas	22	(35.725)	(35.228)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas		**(35.725)**	**(35.228)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**17.289**	**2.216**
Resultado Financeiro, Líquido	23	**(11.740)**	**(10.965)**
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos (IRPJ e da CSLL)		**5.549**	**(8.749)**
(Despesa) de impostos (IRPJ e de CSLL)			
. (Despesa) de impostos (IRPJ e CSLL) correntes	24	(1.517)	(96)
. (Despesa) de impostos (IRPJ e CSLL) diferidos	10	(1.348)	-
Total de (Despesa) de Impostos (IRPJ e de CSLL)		**(2.865)**	**(96)**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		**2.684**	**(8.845)**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício por Ação- Valor Expresso em Reais- R$ (Básico e Diluído)		**0,01**	**(0,04)**
Capital Social- Número de Ações Ordinárias		**242.407.725**	**242.407.725**

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R$, Exceto o Resultado por Ação)

	Notas	Exercícios Findos em 31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		**2.684**	**(8.845)**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício		**2.684**	(8.845)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício Findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Valores Expressos em Milhares de Reais -R$)

	Exercícios Findos em 31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.684	(8.845)
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas		
Despesa de depreciação e de amortização	5.124	4.301
Perdas (recuperação de perdas) estimadas para créditos de liquidação duvidosa	746	(27)
Provisão para perdas (Reversão de perdas) de estoques substancialmente de testes para Covid-19	(5.375)	9.693
Despesa de (reversão de) provisão para contingências	(200)	275
Despesas de impostos (IRPJ e CSLL) diferidos	1.348	-
Impostos diferidos ativos , tendo como contrapartida outras despesas operacionais	-	322
Lucro do Exercício Ajustado	**4.327**	**5.719**
Decréscimo (Acréscimo) em Ativos		
Contas a receber de clientes	609	2.098
Estoques	(350)	(5.039)
Impostos a recuperar	(5.767)	(1.145)
Adiantamentos concedidos a fornecedores e outros	(2.478)	(1.347)
Outras contas ativas	-	(543)
Acréscimo (Decréscimo) em Passivos		
Fornecedores	303	2.496
Salários e obrigações sociais a recolher	4.700	879
Obrigações fiscais a recolher	(105)	(3.268)
Outras contas a pagar	(816)	(427)
Obrigações fiscais parceladas a recolher	(2.070)	-
Provisão IRPJ e CSLL	-	(137)
Débitos com partes relacionadas	77	394
Total do Caixa (Utilizado) nas Atividades Operacionais	**(1.570)**	**(320)**
Atividades de Investimentos		
Adições de ativos imobilizados e intangíveis	(10.978)	(20.304)
Baixas e transferência de ativos imobilizados e ativos intangíveis	2	-
Total do Caixa (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**(10.976)**	**(20.304)**
Atividades de Financiamentos		
Adições líquidas de empréstimos e financiamentos a pagar a bancos	4.891	56.136
Dividendos pagos	(2.684)	(4.082)
Dividendos pagos antecipadamente	(1.317)	-
Total do Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamentos	**890**	**52.054**
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(11.656)**	**31.430**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	34.238	2.808
No final do exercício	22.582	34.238
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(11.656)**	**31.430**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R$)

	Capital Social Subscrito e Integralizado	Prejuízos Acumulados	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros: Total de Reserva de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Saldos do Exercício Findo em 31/12/2019	**66.444**	-	**434**	**6.189**	**6.623**	**73.067**
Dividendos pagos	-	-	-	(4.082)	(4.082)	**(4.082)**
Prejuízo líquido do exercício	-	(8.845)	-	-	-	**(8.845)**
Transferência do saldo remanescente da reserva de lucros retidos para contrapor parcialmente o prejuízo líquido do exercício	-	2.107	-	(2.107)	(2.107)	-
Saldos do Exercício Findo em 31/12/2020	**66.444**	**(6.738)**	**434**	**-**	**434**	**60.140**
Dividendos Pagos por Conta do Lucro do Exercício Corrente	-	(2.684)	-	-	-	**(2.684)**
Lucro líquido do exercício	-	**2.684**	-	-	-	**2.684**
Saldos do Exercício Findo em 31/12/2021	**66.444**	**(6.738)**	**434**	**-**	**434**	**60.140**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

1. Contexto Operacional: A **DFL Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1938, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que tem como atividade a fabricação, importação, exportação, distribuição e a comercialização de medicamentos, correlatos e saneantes, como também a importação de insumos farmacêuticos para o fim de aplicações nos produtos a serem comercializados. Ao partir do ano de 2020 a Companhia retomou de forma vigorosa seus investimentos em desenvolvimento de um cabedal científico, tecnológico e de inovação. Essas medidas têm também incluído um amplo programa de registro de seus produtos em novos mercados, através do investimento em capital humano, organizacional e processos técnicos que proporcionarão gradualmente a entrada da marca em países ainda não atendidos por nossa rede de distribuição. A Administração da Companhia tem adotado como visão estratégica para os próximos anos caminhar em direção à implementação de uma rede de inovação aberta, tornando-se um agente direto na ligação entre pesquisa e desenvolvimento acadêmico e a aplicação prática dessas novas tecnologias através da utilização de seus produtos – modelo este adotado por grandes empresas do setor farmacêutico ao longo de mais de uma década em parques tecnológicos nos Estados Unidos e Europa. **2. Sumário das Práticas Contábeis: 2.1. Base de Preparação e de Apresentação das Demonstrações Financeiras -** A Companhia adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards-IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board*-IASB e pelos pronunciamentos contábeis denominados de CPC (que formam as conhecidas práticas contábeis adotadas no Brasil), sendo esses CPCs integralmente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da: • Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa; • Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento; • Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros; • Depreciação e amortização; • Perda por valor não recuperável de ativos não financeiros e financeiros; • Vida útil dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; • Avaliação da realização de créditos fiscais (impostos) diferidos de IRPJ e de CSLL; e • Provisão para contingências. Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as citadas contas. Destacamos a seguir, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia conforme normas do IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil: **2.2.1. Reconhecimento da Receita e Apresentação do Resultado - Receita de vendas-** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. **Receita de Venda de Produtos -** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Destacamos os principais pontos: Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos: **Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente- um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47/IFRS15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos; **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato- um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente; **Passo 3**: Determinar o preço da transação- o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente; **Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato - uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; e **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho- A Companhia reconhecem receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita. **Receitas Financeiras-** As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa de juros efetivos. **Receitas, Custos e Despesas-** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado de acordo com o princípio da competência de exercícios. **Despesas Financeiras-** As despesas de natureza financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, quando aplicáveis, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método da taxa de juros efetiva. As receitas e as despesas de variações cambiais são reportadas no resultado da Companhia numa base separada. **2.2.2. Tributação das Transações Econômicas e Financeiras -** Impostos sobre Receitas de Vendas e Receitas Financeiras - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que eles são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Impostos Indiretos - As receitas de vendas de produtos no Brasil estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas a seguir apresentadas. Os encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são contabilizados reduzindo o custo dos produtos vendidos. Os seguintes impostos indiretos se aplicam à Companhia: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Programa de Integração Social Não Cumulativo (PIS); e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Não Cumulativo (COFINS). Impostos diretos-Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL): (Despesas) ou Receitas Correntes e Diferidas de IRPJ e de CSLL – O IRPJ e a CSLL corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para o IRPJ e de 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real fiscal bruto auferido em cada ano calendário. A (despesa) ou receita de IRPJ e da CSLL compreende os impostos correntes e diferidos. O IRPJ e a CSLL corrente e diferida são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Impostos Correntes de IRPJ e CSLL- Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou no passivo circulante, independente da previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IRPJ e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. Impostos Diferidos Ativos e Passivos de IRPJ e de CSLL- Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço patrimonial entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando os impostos diferidos passivos de IRPJ e de CSLL surgem do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal de IRPJ e de base negativa de CSLL. Impostos diferidos ativos e passivos de IRPJ e CSLL estão reconhecidos no passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos de IRPJ e CSLL relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (PL) em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial também são registrados no PL, e não em conta de resultado. **2.2.3. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações legais -** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos Contingentes- são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; Passivos Contingentes- são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e Obrigações Legais- são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a constitucionalidade dos tributos. **2.2.4. Instrumentos Financeiros -** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ajuste a Valor Presente:** Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. **Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Companhia não fez uso de instrumentos financeiros derivativos durante o período e exercício findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. **Vide outros comentários sobre instrumentos financeiros na nota 26. 2.2.5. Operações de Arrendamento Mercantil-CPC 06 (R2)/IFRS16 -** Os direitos de uso por arrendamentos e os respectivos passivos de arrendamentos são contabilizados desde 01/01/2019 para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. **2.2.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros -** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que esse não consideraria em outras transações indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra os respectivos recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **2.2.8. Transações em Moeda Estrangeira -** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários (financeiros) denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários (não financeiros) mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.2.9. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras -** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Ainda, todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021, foram autorizadas para serem emitidas pela diretoria estatutária da Companhia em 04/04/2022. **2.2.10. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos de caixa. Este saldo apresenta liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor. **2.2.11. Contas a Receber de Clientes -** A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. **2.2.12. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido ajustado ao valor das eventuais perdas. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e de outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. A Provisão para estoques obsoletos ou de giro lento foram constituídas conforme politicas contábeis estabelecidas e são consideradas suficientes pela Administração da Companhia. **2.2.13. Imobilizado -** Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

Rubrica Contábil	Taxa de Depreciação
Edifícios	25 anos ou 4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10 anos ou 10% a.a.
Móveis e utensílios	10 anos ou 10% a.a.
Equipamentos de informática	5 anos ou 20% a.a.

CONTINUA

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

CONTINUAÇÃO

DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”)

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Durante os os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma Provisão para perdas (“*Impairment*”) por valor não recuperável de ativos imobilizados foi julgada necessária. **2.2.14. Intangível -** tAtivos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, que ocorre em 31 de dezembro de cada ano. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os principais ativos intangíveis referem-se a softwares amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente. **2.2.15. Perda (“*Impairment*”) por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros -** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração (“*impairment*”) ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de juros de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia para o setor em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.2.16. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Por outro lado, um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, *pro-rata* dia. A administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a valor presente (AVP) de seus ativos e passivos conforme previsto no CPC12. **2.2.17. Lucro (Prejuízo) por Ação do Capital Social (Básico e Diluído) -** O lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) do capital social é calculado por meio do resultado do período e/ou exercício atribuível aos Acionistas da Companhia. **3. Novas Normas, Revisões e Interpretações Emitidas: I. Pronunciamentos Novos ou Revisados Aplicados pela Primeira Vez em 2021 -** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes: **a) Reforma da Taxa de Juros de Referência-IBOR “Fase 2” (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):** Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 01/01/2021 e complementam as realizadas em 2019 (“fase 1”). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos, cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. **b) Impactos da COVID-19 nas Concessões de Aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16/CPC 06 (R2) foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel obtidas dos locadores como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: i. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente prévia à alteração; ii. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes à 30 de junho de 2022; e iii. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. O efeito da aplicação dos expedientes práticos de adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) são divulgados na nota explicativa nº 13. As alterações descritas acima nesse subitem I, especificamente nas letras a e b) não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **II. Novas normas, Revisões e Interpretações Emitidas que Ainda Não Estavam em Vigor em 31/12/2021 - a) Contratos Onerosos –Custo de Cumprimento de Contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras Normas -** Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria da Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado–Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Ela esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições previstas de uso. Esta alteração da norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Essa norma efetua alterações no IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; tais como: IFRS 9-Instrumentos Financeiros, comenta sobre o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16-Arrendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41-Agricultura, explica aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações da norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração nas normas IFRS 3- Combinação de Negócios–Nelas estão incluídas, também, a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o comprador a aplica para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21–Tributos, o comprador o aplica para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. • As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 01/01/2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro-CPC 02 (R2) na mesma data ou antes. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios; • Alteração na norma IAS 8– Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12–Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial dos impostos de renda diferido relacionados a ativos e passivos resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4- Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9-Instrumentos Financeiros para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 (CPC 26)- Apresentação das Demonstrações Contábeis Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Os parágrafos 69 a 76 desse IAS alterados especificam os requisitos como se proceder, elas esclarecem: a) o que significa um direito de postergar a liquidação; b) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e d) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As citadas modificações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avaliam o impacto que essas alterações terão na sua prática atual. Alteração na norma IFRS 17–Contratos de Seguro: inclui esclarecimentos de aspectos referentes para esses contratos. O seu objetivo geral é o de fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Ela vigora para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A sua adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9-Instrumentos Financeiros e a IFRS 15-Receita de Contrato com Cliente na mesma data ou antes da adoção inicial dessa norma. Ela, não se aplica à Companhia. Excluído o comentário efetuado no IFRS17, que não se aplica à Companhia os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2021 a Companhia aplicou diversas alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor no exercício iniciado em 01/01/2021. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir. • Definição de negócios (alterações ao IFRS 3); • Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7); • Alterações a referências à estrutura conceitual básica (várias normas); • Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16). Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • Alterações ao IFRS 17-Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4); • Referências à Estrutura Conceitual; e • Contratos onerosos-Custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37). As demais alterações não trouxeram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamento e revisão de pronunciamentos contábeis existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01/01/2023 com a convergência dos pronunciamento pelo CPC. **III. Efeitos da Pandemia Provocada pelo COVID-19 -** Em 31 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e pode gerar os impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras . Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras . Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras , as seguintes medidas foram tomadas: i) Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora da Companhia, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. Os testes já foram efetuados e a Companhia está preparada para colocar 100% dessa força de trabalho em regime de trabalho remoto, caso isso seja tornado obrigatório pelas autoridades ou por necessidade de preservar seus colaboradores. ii) horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nos escritórios da Companhia. A Administração também fez uma avaliação geral do cenário atual e considerou: (i) o estágio de disseminação do vírus trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; (ii) todos os Governos estaduais, municipais e federal ainda se encontram em fase de análise, ajustamento e adoção de medidas e, por isso, é impraticável saber nesse momento quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas; (iii) a instabilidade causada no mercado não pode ser seguramente medida, visto o grau de volatilidade causada por um cenário de stress. Com base nisso, foi concluído que não é possível, até a data de emissão destas demonstrações financeiras , mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros presentes ou futuros decorrentes da pandemia do COVID-19. A Companhia está trabalhando com foco para superar todas as dificuldades temporárias tendo sempre como prioridade a segurança de seus colaboradores, o atendimento dos seus clientes, e a manutenção de sua saúde financeira e resultados. **4. Demonstrações Fluxos de Caixa (DFC):** As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) dos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 estão apresentadas pelo método indireto nos termos permitidos pelo CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-
Bancos conta corrente de movimento	9.934	24.32
Aplicações financeiras **(a)**	12.648	9.915
Total	**22.582**	**34.238**

(a) *Representado por papéis de renda fixa indexado ao CDI- Certificado de depósito interbancário, cujos vencimentos são inferiores a 90 dias a contar da data da sua contratação e com taxas de remuneração de até 100%, além de poupança.*

6. Contas a receber de clientes:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	15.485	21.135
Clientes do exterior (Denominadas em Dólar e Euro)	8.809	3.768
Total a receber bruto	24.294	24.903
Provisão para créditos de liquidação duvidosa-PCLD	(2.295)	(1.549)
Total receber líquido	**21.999**	**23.354**

Contas a Receber de Clientes, Líquido de PCLD	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos:	264	119
Até 30 dias	6	37
De 31 a 60 dias	-	132
De 61 a 90 dias	10	641
De 91 a 180 dias	-	1
De 181 a 360 dias	10	1.606
	290	2.536
A vencer:		
Até 30 dias	11.086	11.287
De 31 a 60 dias	6.848	6.141
De 61 a 90 dias	2.823	2.698
De 91 a 180 dias	952	692
	21.709	20.818
Total Geral	**21.999**	**23.354**

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Movimentação da PCLD	31/12/2021
Saldos em 31/12/2019	(1.576)
Redução da provisão no exercício	27
Saldos em 31/12/2020	(1.549)
Aumentos da provisão no exercício	(746)
Saldos em 31/12/2021	(2.295)

7. Estoques:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	6.402	12.098
Produtos em processo de produção	6.474	3.827
Matérias-primas	4.462	2.168
Materiais de embalagens	5.942	5.338
Outros estoques	1.164	663
Total dos saldos brutos dos estoques	24.444	24.094
Total dos saldos dos estoques líquidos	20.125	14.401
Provisão para perda de estoques de testes rápidos para Covid-19 e de material de embalagem	(4.319)	(9.6930
Total dos saldos dos estoques líquidos	20.125	14.401

Os produtos acabados e em processo de produção são avaliados pelo custo médio de produção; enquanto as matérias-primas, materiais de embalagens e os outros estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de realização ou de reposição. A Companhia efetua inventários mensais e avalia se existem produtos com pouca ou baixa movimentação, obsoletos ou danificados. Vide a seguir a movimentação da conta Provisão para perda de estoques obsoletos e de giro lento:

Saldo em 31/12/2019	-
Complemento de provisão	(9.693)
Saldo em 31/12/2020	(9.693)
Reversão de provisão	5.374
Saldo em 31/12/2021	(4.319)

8. Impostos a recuperar:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
COFINS- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	12.258	9.957
PIS-Programa de Integração Social	2.190	1.623
Total de COFINS e PIS a Recuperar (a)	14.448	11.580
IRPJ e CSLL- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.635	2.898
Ressarcimento de PIS e COFINS sobre base de cálculo de ICMS	823	700
IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados	969	754
ICMS (regular, sobre aquisição de imobilizado e de substituição tributária)	398	490
Créditos do REINTEGRA	-	84
Total	22.273	16.506

(*a) Para o valor de R$3.785 de Créditos de COFINS e PIS supostamente prescritos, os nossos advogados externos , classificaram como sendo possível o êxito da discussão mantida na esfera administrativa, tendo em vista que não houve decisões sobre as manifestações de inconformidade expressas pela Companhia. Isto posto, eles assinalam: efetuar a” baixa por caducidade destes créditos” antes da definição da sua validade seria muito conservadora nessa fase administrativa.* **9. Outras contas ativas circulantes e não circulantes:**

9.1. Adiantamentos concedidos a fornecedores e outros adiantamentos:

Descrição da Conta	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores nacionais e outros	64	165
Adiantamentos a fornecedores no exterior para aquisição de insumos	2.050	1.862
Importação em andamento	108	109
Total	2.222	2.136

9.2. Despesas pagas antecipadamente

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Despesas pagas antecipadamente (a)	3.929	1.538
Total	3.929	1.538

(a) *Refere-se prêmios de seguros, adiantamentos de férias, adiantamentos de vale-transporte, assistência médica e adiantamentos de viagens.*

9.3. Créditos com partes relacionadas

Créditos com partes relacionadas	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas físicas (a)	3.480	2.163
Total	3.480	2.163

(a) *Valores adiantados no passado à acionistas e/ou ex-acionistas pessoas físicas, sem incidência de juros pactuada entre as partes; Esse valor será reconhecido como despesa ao longo de 2022, a medida que sua realização ocorra no decorrer das operações da empresa. No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia obteve lucro líquido de R$2.683, que serviu de base para absorver parcialmente aos dividendos antecipados no exercício corrente de 2021 de R$4.000; portanto remanescendo um saldo de R$1.317 a compensar futuramente, que somado aos créditos provenientes de exercícios anteriores de R$2.163 totalizam em 31/12/2021 a cifra total de R$3.480.*

Débitos com partes relacionadas	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas jurídicas (mútuo passivo mantido com a parte relacionada Friburgo Limited)	1.116	1.039
Total	1.116	1.039

10. Créditos fiscais de impostos (Impostos diferidos ativos) de IRPJ e CSLL: Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020, a Companhia constituiu créditos fiscais de IRPJ e de CSLL sobre diferenças temporárias de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL totalizando R$35.514 e R$36.862, os quais foram calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Vide a seguir composição do saldo, expectativa de realização dos créditos fiscais por ano e movimentação da conta:

10.1. Composição e demonstração do saldo dessa conta:

	31/12/2021	31/12/2020
Base de cálculo- Prejuízos fiscais - IRPJ	106.742	115.192
Base de cálculo- Base negativa da CSLL	98.093	89.600
Créditos fiscais apurados e contabilizados		
CSLL-9% sobre a base de cálculo	8.828	8.064
IRPJ-25% sobre a base de cálculo	26.686	28.798
Total dos créditos fiscais diferidos de IRPJ e de CSLL	35.514	36.862

10.2. Expectativa de realização futura dos créditos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL por ano. Baseado em nossos estudos técnicos elaborados em 31/12/2021, esperamos realizar tais créditos tributários (impostos diferidos ativos) conforme demonstrado a seguir:

Realização de créditos tributários por ano	31/12/2021	31/12/2020
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	-	322
Exercício a findar-se em 31/12/2022	1.353	4.074
Exercício a findar-se em 31/12/2023	3.435	5.190
Exercício a findar-se em 31/12/2024	7.233	6.500
Exercício a findar-se em 31/12/2025	9.162	8.035
Exercício a findar-se em 31/12/2026	10.904	12.741
Exercício a findar-se em 31/12/2027	3.427	-
Valor total do crédito contabilizado	35.514	36.862

10.3. Movimentação da conta- A movimentação dessa conta está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2019	37.184
IRPJ e CSLL compensados	(322)
Saldo em 31/12/2020	36.862
IRPJ e CSLL compensados	(1.348)
Saldo em 30/09/2021	35.514

11. Imobilizado:

11.1 Composição do imobilizado em 31/12/2021 e 31/12/2020:

Descrição da Conta	Taxa de deprec.	Custo	Deprec. acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	1.652	-	1.652	1.652
Edificações	4%	48.353	(16.711)	31.642	27.056
Máquinas e equipamentos	10%	18.248	(16.027)	2.221	3.812
Equipamentos e acessórios	10%	9.489	(6.651)	2.838	2.511
Móveis e utensílios	20%	2.509	(2.001)	508	527
Instalações	4%	2.194	(1.816)	378	514
Equipamentos de informática	20%	2.177	(971)	1.206	1.004
Imobilizado em andamento	-	17.156	-	17.156	22.225
Outros ativos imobilizados	10%	726	(444)	282	258
Total		102.504	(44.621)	57.883	59.559

11.2 Movimentação do imobilizado para o exercício findos em 31/12/2021:

Descrição da Conta	Saldos líquidos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfer. Líquidas (a)	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2021
Terrenos	1.652			-	-	1.652
Edificações	27.056	6.431		-	(1.845)	31.642
Máquinas e equipamentos	3.812	9		-	(1.600)	2.221
Equipamentos e acessórios	2.511	912			(585)	2.838
Móveis e utensílios	527	128	(2)	-	(145)	508
Instalações	514	48		-	(184)	378
Equipamentos de informática	1.004	465		-	(263)	1.206
Imobilizado em andamento (a)	22.225	2.611		7.680	-	17.156
Outros ativos imobilizados	258	60		-	(36)	282
Total	59.559	10.665	(2)	(7.680)	(4.658)	57.883

(a) Em 31/12/2021 foi transferido R$ 7.680 do imobilizado em andamento para o intangível (projetos).

11.3. Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2020:

Descrição da Conta	Saldos líquidos em 31/12/2019	Adições	Transfer. Líquidas (a)	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2020
Terrenos	1.652	-	-	-	1.652
Edificações	28.668	-	-	(1.612)	27.056
Máquinas e equipamentos	5.462	-	-	(1.650)	3.812
Equipamentos e acessórios		1.177	-	(531)	2.506
Móveis e utensílios	610	70	-	(153)	527
Instalações	699	-	-	(185)	514
Equipamentos de informática	511	624	-	(131)	1.004
Imobilizado em andamento	7.111	865	14.249	-	22.225
Outros ativos imobilizados	290	7	-	(34)	263
Total	46.863	2.743	14.249	(4.296)	59,559

12. Intangível: 12.1 Composição e movimentação do intangível para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020:

Descrição da conta	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Softwares	20%	5.605	(1.043)	4.562	5.015
Licença de produtos	Indefinida	800	-	800	800
Projetos	Indefinida	14.186	-	14.186	6.204
Ágio pago por rentabilidade futura da Nova DFL (a)	Indefinida	2.033	-	2.033	2.033
Total		22.624	(1.043)	21.581	14.052

Descrição da conta	Saldos líquidos em 31/12/2020	Adições	Transfer. Líquidas (b)	Amortização	Saldos líquidos em 31/12/2021
Softwares (b)	5.015	13	8.496	(466)	13.059
Licença de produtos	800			-	800
Projetos (b)	6.204	300	(816)	-	5.689
Ágio pago por rentabilidade futura da Nova DFL (a)	2.033	-	-	-	2.033
Total	14.052	313	7.680	(466)	21.581

Descrição da conta	Saldos líquidos em 31/12/2019	Adições	Transfer. Líquidas (b)	Amortização	Saldos líquidos em 31/12/2020
Softwares	7.915	610	(3.505)	(5)	5.015
Licença de produtos	800	-	-	-	800
Projetos	-	16.949	(10.744)	-	6.205
Ágio pago por rentabilidade futura da Nova DFL (a)	2.033	-	-	-	2.033
Total	10.748	17.559	(14.249)	(5)	14.052

(a) Refere-se Ágio pago pela aquisição da própria Companhia decorrente de rentabilidade futura, cujo ágio estava na ex holding-controladora Mayaguana, a qual foi incorporada de forma reversa. A Companhia está totalmente operacional e gerando de lucros operacionais e, portanto, inexiste impairment para o valor contabilizado; (b) Em 31/12/2021 o item projetos acima demonstrado recebeu em transferência do imobilizado em andamento R$7.680.

13. Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos:

	31/12/2021		31/12/2020	
Em moeda nacional	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco BBM	6.939	11.122	2.149	7.857
Banco Itaú	9.063	3.745	15.213	10.853
Banco ABC	5.942	13.453	3.013	9.167
Banco Guanabara	6.980	3.274	5.643	5.799
Banco do Brasil	-	-	1.001	-
Banco Safra	883	1.133	-	-
Banco Pine	-	-	439	-
Banco Santander	3.149	3.242	5.289	6.084
Banco Bradesco	4.880	7.618	6.001	11.077
Banco CCB	5.833	4.667	4.246	6.000
Banco Daycoval	1.083	1.983	678	2.728
Outros bancos	-	-	28	-
Total devido em moeda nacional	44.751	50.238	43.700	59.566
Em moeda estrangeira				
ACC-Adiant. de contrato de câmbio	25.378	-	12.210	-
Total devido em moeda estrangeira	25.378	-	12.210	-
Total geral devido	70.128	50.238	55.910	59.566

13.1 Cronograma de Amortização em 31/12/2021

Banco	Modalidade	2022	2023	2024	2025	Total do Principal	Encargos (juros e VC)	Balanço
ABC	Giro	5.893	6.202	5.585	1.667	19.347	49	19.396
BB	ACC	11.060	-	-	-	11.060	(38)	11.022
BBM	Giro NCE	6.939	6.599	4.524	-	18.062	-	18.062
Brades	co Giro	4.810	2.657	2.892	2.069	12.428	70	12.498
CCB	NCE	5.334	3.333	1.333	-	10.000	499	10.499
Guanabar	Giro	6.924	2.280	993	-	10.197	55	10.252
Dayacova	Giro Leas	1.056	1.159	825	-	3.040	27	3.067
Itaú	Giro NCE	7.885	2.335	1.410	-	11.630	1.177	12.807
Safra	Giro	867	800	333	-	2.000	17	2.017
Santander	ACC Giro NC	17.508	1.112	1.233	897	20.750	(4)	20.746
Total		68.276	26.477	19.128	4.633	118.514	1.852	120.366

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional- Empréstimos tomados para manutenção das operações da Companhia. **Empréstimos/ ACCs em moeda estrangeira-** Adiantamentos de contrato de câmbio, tomados no Banco do Brasil, tendo como garantia operações de exportação da Companhia. **Garantias-** As linhas de empréstimo possuem como garantia os próprios bens, representado, principalmente, por imóveis e direitos decorrentes da titularidade de créditos cedidos. A Companhia está cumprindo com suas obrigações pontualmente. **14. Fornecedores:**

Nacionais e do exterior	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	10.275	11.615
Fornecedores no exterior	2.989	1.345
Total de fornecedores	13.264	12.960

A Companhia possui fornecedores nas seguintes moedas dólar(USD) e em euro.

CONTINUA

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

CONTINUAÇÃO

DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”)

CNPJ nº 33.112.665/0001-46

15. Salários e encargos sociais a recolher:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias, décimo terceiro salario e encargos incidentes	2.271	1.919
Gratificação a funcionários	5.558	1.350
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	559	495
FGTS - Fundo de garantia por tempo de serviço	129	114
Empréstimos Consignados a funcionários	61	-
Total salários e obrigações sociais	8.578	3.878

16. Obrigações fiscais:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações fiscais de natureza corrente		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	-	137
ICMS devido sobre atividades operacionais	565	730
Retenções fiscais conforme lei 10.833/2001	511	253
Parcelamento de INSS	309	309
Parcelamentos de ICMS	603	664
Parcelamento de Contribuição Previdenciária	1.028	1.028
Outros impostos e contribuições	11	11
Total de obrigações fiscais- Passivo circulante Obrigações fiscais de origem	3.027	3.132
de longo prazo Parcelamentos de ICMS	728	1.541
Parcelamentos de INSS	304	799
Parcelamento de Contribuição Previdenciária	1.546	2.690
(-) Juros a incorrer	(498)	(879)
Total das obrigações fiscais- Passivo não circulante	2.080	4.151
Total geral das obrigações fiscais a recolher	5.107	7.283

17. Outras contas a pagar:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Clientes Nacionais	29	184
Clientes Exterior	94	670
Adiantamentos recebidos de clientes	123	854
Telecomunicações	1	2
Fretes	92	40
Seguros	78	6
Rescisão de Contrato de Trabalho	19	98
Serviços Profissionais	699	1.113
Agua, Esgoto e Energia elétrica	220	198
Pensão Alimentícia	1	-
Outras Contas a Pagar	681	404
Provisão de Fornecedores	467	482
Prestação de Contas	1	2
Outras Contas a Pagar	2.259	2.345
Total de Outras Contas a Pagar	2.382	3.199

18. Provisão para contingências: Em 31/12/2021 e 31/12/2020 a Companhia possuía ações trabalhistas acompanhadas por um escritório de advocacia externo. Com base nos pareceres jurídicos, a Companhia registrou provisão para contingências decorrentes de perdas prováveis no valor de R$635 (R$835 em 31/12/2020), compondo-se por R$501 trabalhista, R$38 cíveis e R$96 tributárias, respectivamente. Essas contingências classificadas como perdas possíveis não contabilizadas em 31/12/2021 totalizou a cifra de R$1.063 (R$2.716 em 31/12/2020).

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2019	560
Adições do exercício	275
Saldo em 31/12/2020	835
Pagamentos	(200)
Saldo em 31/12/2021	635

19. Patrimônio líquido: Capital social - O capital social da Companhia está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2021 e 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Descrição dos acionistas	Número de ações ordinárias	%	%
DAL Participações Ltda.	237.317.163	97.90%	100,00%
Joel Kos	3.636.116	1,50%	0,00%
Evandro da Maia	727.233	0,30%	0,00%
Vitor Luis Paiva Pereira	727.233	0,30%	0,00%
Total	242.407.725	100%	100,00%
Valor do capital social subscrito e integralizado, sem valor nominal por ação ordinária - R$ mil'	-	66.444'	66.444

	Capital subscrito e integralizado	(Prejuízos acumulados)
Saldos do exercício em 31/12/2018	242.407	(175.964)
Redução do capital social com absorção de prejuízos acumulados	(175.964)	175.964
Saldos do exercício findos em 31/12/2019	66.444	-
Saldos do exercício findos em 31/12/2020	66.444	
Saldos do exercício findos em 31/12/2021	66.444	

Em 16 de janeiro de 2020, foi aprovado mediante a ata da assembleia geral, as transferências da totalidade das ações das empresas DFB Brasil Participações, DFB Holdings Limited e Diniz Ferreira Baptista para o acionista Dal Participações Ltda., passando esse a ser detentor de 100% do capital social da DFL. Em 01 de janeiro de 2020, foi aprovado mediante a ata da assembleia geral, a transferências das ações ordinárias, sem valor nominal, da empresa DFB Holding Limited para os acionistas Joel Kos em 3.636.116, Evandro da Maia em 727.223, Vitor Luiz Paiva Pereira em 727.223, assim totalizando 5.090.562, passando esses a serem detentores de 2,10% do capital social antes pertencente à DFB Holding Limited. Em 31 de maio de 2021, foi aprovado a ata da assembleia geral, a transferências das ações ordinárias, sem valor nominal, para os acionistas Joel Kos em 7.272.232, Evandro da Maia em 1.454.446, Marcos Antônio Nunes Monteiro em 4.848.155, Mauro Dagoberto Krajcer 4.848.155 e Rafael Cisne da Paula 727.223 e Dal Participações Ltda. 223.257.514 assim totalizando 242.407.725. **Reserva legal e dividendos**- A Reserva legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado; Os dividendos, conforme determinado pelo estatuto, a destinação do lucro líquido, quando aplicável, ocorrerá depois de constituída a Reserva legal, conforme deliberação da Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal). A companhia apresentou lucro de R$ 2.683, porém, não constituirá a Reserva Legal conforme disposto no Artigo 18 de seu Estatuto, registrado na jucerja sob o número 00003944810-02 de 02.10.2020 - Protocolo nº 00-2021-434.457.6. Porém tal lucro não foi suficiente para absorção do saldo de lucros e prejuízos acumulados. **Dividendos pagos antecipadamente aos acionistas-** Destaca-se que a Companhia ao longo do exercício findo em 2021. (i) que dispunha de Caixa e equivalentes de caixa disponível a sua administração, devidamente aprovada pelo seu conselho de administração decidiu por pagar antecipadamente dividendos aos seus acionistas no período de 2021 totalizando R$4.000. **20. Receita operacional líquida :** Vide composição a seguir, das receitas operacionais liquidas auferidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Receita bruta	31/12/2021	31/12/2020
Venda de produtos de fabricação própria	133.831	85.754
Revenda de mercadoria	5.850	40.277
Total de receita bruta	139.681	126.031
Deduções de receita bruta		
Bonificações incondicionais	-	(756)
Devoluções e cancelamento de vendas	(1.412)	(598)
Tributos sobre vendas	(13.650)	(16.956)
Total das deduções de receita bruta	(15.062)	(18.310)
Total da Receita Operacional liquida	124.620	107.721

21. Custos de Produtos Vendidos:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos produtos vendidos:		
. Das atividades produtivas normais	(69.470)	(57.861)
. Despesas de paralisação fabril anormal (a)	(2.136)	(6.603)
. Despesas de impairment com testes para Covid e material de embalagem	-	(6.813)
Total dos Custos dos Produtos Vendidos	(71.606)	(70.277)

***(a)** Vide essa composição a seguir para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021:*

(a) Composição das Despesas Fabris Anormais Decorrentes da Paralisação Fabril Ocorridas	31/12/2021	31/12/2020
Mão de obra ociosa direta e indireta (custos indenizatórios,,etc.)	(1.166)	(3.312)
Despesa de manutenção fabril	(882)	(2.276)
Despesa de depreciação do parque fabril	(88)	(15)
Total das Despesas Fabris Anormais	(2.136)	(5.603)

22. Despesas administrativas e gerais: Vide composição a seguir, das despesas administrativas e gerais incorridas nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020:

Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(25.639)	(13.694)
Serviços de consultorias	(2.383)	(10.026)
Despesas com vendas e comerciais	(5.514)	(4.073)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(2.284)	(1.975)
Depreciação	(1.203)	(1.825)
Água, Luz, Telecomunicações, Gás	(597)	(463)
Aluguel	(4)	(65)
Contingências	187	(277)
Seguros	(127)	(204)
Taxas e outros impostos	(311)	(378)
Materiais uso e manutenção	(566)	(636)
Outras despesas administrativas (a)	2.716	(1.612)
Total das Despesas Administrativas e Gerais	(35.725)	(35.228)

***(a)** Esse valores referem-se as baixas da provisão para estoques obsoletos realizadas em 31/12/2020.* **23. Resultado financeiro líquido- (Despesas) e receitas financeiras:** Vide composição a seguir, do resultado financeiro auferido e (incorrido), respectivamente para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31//12/2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Variação cambial ativa	5.525	7.491
Receita com aplicação financeira	134	43
Juros ativos e descontos obtidos	147	173
Outras receitas financeiras líquidas	-	118
Total das receitas financeiras	5.806	7.825
Despesas Financeiras		
Variação cambial passiva	(6.141)	(9.743)
Juros passivos	(10.809)	(8.248)
Despesas bancárias e encargos de cobrança	(430)	(458)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(187)	(146)
Outras receitas (despesas) financeiras	21	(195)
Total das despesas financeiras	(17.546)	(18.790)
Total do Resultado Financeiro, Líquido	(11.740)	(10.965)

24. (Despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL): (Despesa) corrente de IRPJ e CSLL- Vide demonstração a seguir da (Despesa) corrente de IRPJ e CSLL para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e o benefício da Lei do Bem	5.549	(7.715)
Mais adições temporárias e permanentes	(18.194)	(7.800)
Lucro tributável estimado	6.476	3.397
(Despesa) corrente de IRPJ e de CSLL preliminar	(1.517)	(1.130)(-)
Redução - Lei do Bem	-	1.034
(Despesa) corrente de IRPJ e de CSLL	(1.517)	(96)
Realizações de Compensações de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL	3.964	-
Total de (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos	(1.348)	-

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 25.1. Políticas contábeis - O IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. ***Ativos financeiros - Custo amortizado:*** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. ***Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado:*** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. ***Ativos financeiros - Mensuração inicial:*** No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente:*** Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago; e Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Redução ao valor recuperável-** A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos financeiros- Reconhecimento inicial-** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). **Passivos financeiros - Mensuração subsequente: Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva; e **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **25.2. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria - Valor justo hierárquico:** Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: *Nível 1:* a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; *Nível 2:* a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e *Nível 3:* a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam- se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, descontos a valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **25.3 Gestão de risco -** Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia de risco cambial e risco de taxa de juros. A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48/IFRS 9. O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas. A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: **Riscos de mercado:** *Risco cambial:* A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte– base em valores nominais convertidos pelo dólar de fechamento na data base das demonstrações financeiras:

	Valor da Exposição em Reais de Passivo Denominado em Dólares (US$)	
Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos (ACC)	25.378	12.210
Fornecedores a pagar no exterior	2.989	1.345
Total Geral da Exposição Líquida	28.367	13.555

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o exercício:

	Taxa média do câmbio do exercício findo em		Taxa cambial dólar americano em	
Valor da taxa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor em Reais 0 R$	5,39	4,61	5,58	5,20

Risco de juros: A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto aos maiores bancos do Brasil, em sua maioria indexados à variação do CDI. O risco da operação deriva da possibilidade de variações relevantes no CDI. **25.4. Fatores de risco financeiro -** O risco de taxa de juros na Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos a pagar a bancos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos a pagar a bancos, são corrigidos pelo Certificado de Depósito Interbancário **(CDI)** pós-fixados, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **25.4.1. Risco de inadimplência -** A Companhia está exposta a riscos de inadimplência decorrentes das suas atividades e principalmente decorrentes de seus clientes. Esses riscos de inadimplência são analisados e controlados por relatórios de periódicos de vendas antes e depois dos procedimentos de cobranças internas e externas. **25.4.2. Risco de crédito (contas a receber de clientes) -** Devido à concorrência de mercado, a empresa desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação de créditos. Busca e prioriza soluções conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, objetivando o máximo valor alcançável, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos. Diante desse cenário, todos os clientes (ativos e inativos) que venham a comprar na Companhia são obrigatoriamente encaminhados ao departamento financeiro para nova análise de crédito, considerando-se os seguintes critérios: Situação do CNPJ junto ao Serasa; análises internas; prazos de pagamentos; e definição do limite de crédito coerente. Tal procedimento é revisado periodicamente pela área financeira.. **25.4.3. Risco de rentabilidade (aplicações financeiras) -** A Companhia possui aplicações financeiras subordinadas a taxas de juros vinculadas a indexadores, principalmente em CDI-Certificado de Depósito Interbancário. O risco relacionado a esses ativos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. As taxas pactuadas para aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, que são remunerações que variaram entre 85% e 101% do CDI no ano de 2021. **25.4.4. Gestão de capital -** A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Essa Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A dívida líquida da Companhia para a relação ajustada de seu capital próprio (patrimônio líquido ou PL) ao final do exercício é apresentada conforme segue: Não houve alterações na abordagem da Companhia quanto à administração de seu capital (Patrimônio líquido) durante o exercício findo em 31/12/2021. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital e de patrimônio líquido.

Relação da Dívida Líquida sobre o Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Líquida		
Total dos passivos circulante e não circulante	151.449	144.669
Menos Caixa e equivalentes de caixa	(22.582)	(34.238)
Total da Dívida Líquida	128.867	110.431
Total do patrimônio líquido da Companhia	60.140	60.140
Relação da Dívida Líquida sobre o Patrimônio Líquido	2,14 vezes	1,84 vezes

26. Análise de sensibilidade: Um fortalecimento do dólar como indicado a seguir, contra o real, em 31/12/2021, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do exercício de relatório. Essa análise de sensibilidade considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 2020, como indicado a seguir:

	Valor da Exposição em Reais de Passivo Denominado em Dólares (US$)	
Descrição da conta	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos (ACC)	25.378	12.210
Fornecedores	2.989	1.345
Total Geral da Exposição Líquida	28.367	13.555

Instrumentos financeiros derivativos não designados como instrumentos de hedge: A Companhia tomou empréstimos em moeda estrangeira e possui operações de compras com fornecedores em moeda estrangeira. Para cobertura de seus riscos econômicos a Companhia celebra contratos de moeda a termo e swaps na administração das suas exposições. Esses derivativos não são designados como hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo ou hedge de investimento líquido, sendo celebrados por exercícios consistentes com as exposições das transações em moeda que não seja a sua moeda funcional. Em 31/12/2021 e 31/12/2020 não havia contratos dessa natureza em aberto. **27. Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a DFL auferiu lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização–EBITDA (não auditado) de R$23.412 como abaixo demonstrado:

Descrição	31/12/2021
1. Receita operacional líquida	124.620
2. Custo dos produtos vendidos:	
2.1. Total geral apresentado na demonstração de resultado	(71.606)
2.2. Custos e despesas que não impactam o EBITDA:	
a. Custos de depreciação e de amortização	4.922
Total de custos dos produtos vendidos com impacto no EBITDA	(66.684)
3. Lucro bruto ajustado pelos custos e despesas que não impactam o EBITDA	57.936
4. Despesas gerais e administrativas, sem depreciação e amortização administrativa de R$ - 1.201	(34.524)
5. Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização e das Despesas Não Recorrentes Mencionadas no item 2.2. acima	23.412

28. Cobertura de seguros (não auditado): A Companhia adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Informações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores para o exercício findo em 31/12/2021, é assim demonstrada: • Riscos operacionais: R$1.500 mil; • Danos materiais: R$5.301 mil; e • Lucros cessantes: (limite máximo) R$6.000 mil.

Contador: Wagner Carlos Francisco da Silva - CPF 807.752.417-68 - CRC/RJ 062508/O-9. **Diretor Financeiro:** Evandro da Maia - CPF 069.907.277-80.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da DFL Indústria e Comércio S.A.

Aos: Quotistas e Administradores da **DFL Indústria e Comércio S.A.** Rio de Janeiro - RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras - Examinamos as demonstrações financeiras da **DFL Indústria e Comércio S.A (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados do exercício e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DFL Indústria e Comércio S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. **3. Ênfase -** *(i) Créditos Recuperáveis do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).* Em 31/12/2021, conforme nota explicativa no.8, a Companhia possui créditos recuperáveis do PIS e da COFINS no valor de R$3.785 mil que supostamente estão prescritos nos termos da legislação tributária vigente. Todavia, esses créditos encontram-se em discussão judicial quanto a sua prescrição, e os advogados externos, ao serem inquiridos, classificou a possibilidade de perda como sendo possivel, tendo em vista que não houve, até a data de emissão do nosso relatório de auditoria, decisões sobre as manifestações de inconformidade apresentadas pela Companhia em discussão na esfera administrativa. Por fim, eles salientam, efetuar a “baixa por caducidade destes créditos” antes da definição da sua validade seria muito conservadora nesta fase. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board -IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **5. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -**Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **São Paulo, 05 de abril de 2022.**

Luiz Claudio Fontes - Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Auditores Independentes Associados- Sociedade Simples - CRC 2SP-030.002/O-7 “S” RJ

ICP Brasil

MONITOR MERCANTIL
SA:27897172000166
2022.04.20 17:55:27 -03'00'

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br